

A QUALIDADE DO ESTADO DE DIREITO EM PORTUGAL 2005 - 2010

15 DE MARÇO DE 2011

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
AV. PROF. ANÍBAL DE BETTENCOURT 9 LISBOA

COORDENADOR:	Luís de Sousa, ICS-UL (luis.sousa@ics.ul.pt)
ORGANIZAÇÃO:	TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica, ICS-UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Barómetro da Qualidade da Democracia)
APOIO INSTITUCIONAL:	TI – Transparency International
APOIO FINANCEIRO:	Prevention of and Fight against Crime Programme of the European Union (European Commission – Directorate-General Home Affairs)
PARTICIPANTES:	Estudantes, docentes, autoridades judiciais, funcionários públicos, jornalistas, sociedade civil

ORGANIZAÇÃO:



APOIO INSTITUCIONAL:



With the financial support from the Prevention of and Fight against Crime Programme of the European Union
European Commission - Directorate-General Home Affairs

A QUALIDADE DO ESTADO DE DIREITO EM PORTUGAL 2005 - 2010

15 DE MARÇO DE 2011

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
AV. PROF. ANÍBAL DE BETTENCOURT 9
LISBOA

ENQUADRAMENTO

A República Portuguesa define-se, no art. 2º da sua Constituição, como ‘um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.’

A qualidade do Estado de Direito Democrático pode ser aferida a vários níveis, entre outros: o acesso dos cidadãos à Justiça; o respeito pelas liberdades e direitos dos cidadãos; a protecção dos cidadãos e grupos vulneráveis contra a discricionariedade do aparelho de Justiça; a transparência das decisões judiciais; a responsabilização dos agentes da Justiça; e a eficácia e eficiência dos processos de decisão judicial.

O desempenho da Justiça acarreta consequências materiais e imateriais para os cidadãos. O nível de apoio e aceitação do Estado de Direito Democrático por parte dos cidadãos depende, cada vez mais, dos resultados obtidos. A decisão judicial tem como objectivo resolver um diferendo jurídico e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Uma ordem jurídica que não providencia aos seus cidadãos os instrumentos de salvaguarda do seu bem-estar, que não resolve os seus problemas, que não desempenha bem as suas funções de regulação dos problemas sociais, corre o risco de ser ajuizada negativamente pelos cidadãos.

Esta conferência serve para discutir os conceitos, processos e desafios à qualidade do Estado de Direito Democrático através de uma análise do desempenho da Justiça e do modo como essa é percebida pelos cidadãos.

A QUALIDADE DO ESTADO DE DIREITO EM PORTUGAL 2005 - 2010

15 DE MARÇO DE 2011

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
AV. PROF. ANÍBAL DE BETTENCOURT 9
LISBOA

PROGRAMA

RECEPÇÃO (9H00)

SESSÃO DE ABERTURA

Breve introdução sobre o Barómetro da Qualidade da Democracia e lançamento do relatório nacional do projecto

Timed Out: How statutes of limitations affect the prosecution of corruption in EU members states

(9H30 – 10H00)

Luís de Sousa, Investigador do ICS-UL e Presidente da TIAC

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

JUSTICE AND DEMOCRACY: REFLECTIONS ON THE QUALITY OF THE STATE OF LAW (10H00 – 11H00)

Piero Ignazi (Departamento de Ciência Política da Universidade de Bolonha, Itália)

DEBATE

PAUSA CAFÉ (15 MINUTES)

PAINEL 1. PERCEÇÕES E CULTURAS DO ESTADO DE DIREITO (11H30 – 13H15)

Moderador: Pierre Guibentif (ISCTE-IUL)

A Qualidade do Estado de Direito: Conceitos e Teoria

Teresa Ruel (ICS-UL)

Representações Sociais do Estado de Direito em Portugal

Inês Lima (ICS-UL)

Culturas jurídicas e judiciárias: formação, recrutamento e avaliação dos Magistrados em Portugal

Helena Leitão (Procuradora da República)

Estado Contra Direito

José Preto (Mestre pelo Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL)

A QUALIDADE DO ESTADO DE DIREITO EM PORTUGAL 2005 - 2010

15 DE MARÇO DE 2011

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
AV. PROF. ANÍBAL DE BETTENCOURT 9
LISBOA

PROGRAMA

PAINEL 2. DESEMPENHO DO ESTADO DE DIREITO (14:15-16:00)

Moderadora: **Conceição Gomes** (Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, CES)

O desempenho do Estado de Direito: tempo, eficiência e prescrições

David Marques (TIAC)

Corrupção e (des)materialização da Justiça

Marcelo Moriconi (CIES/ISCTE-IUL)

Penas de prisão e Estado de Direito

António Dores (ISCTE-IUL e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da TIAC)

A abertura do Ano Judicial: análise discursiva sobre o futuro do Estado de Direito

Fábio Cruz (TIAC)

DEBATE

PAUSA CAFÉ (15 MINUTES)

MESA REDONDA. JUSTIÇA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA: O FUTURO DO ESTADO DE DIREITO (16H00-18H00)

Moderador: **Eduardo Dâmaso** (Director-Adjunto do Correio da Manhã)

Cândida Almeida (Directora do DCIAP/PGR)

António Marinho e Pinto (Bastonário da Ordem dos Advogados)

Maria José Morgado (Directora do DIAP de Lisboa e Vogal da Direcção da TIAC)

Conceição Gomes (Coordenadora do Observatório Permanente da Justiça, CES)

Luís de Sousa (Investigador do ICS-UL e Presidente da TIAC)

CONTACTOS:

DIANA DOS REIS

E-MAIL: SECRETARIADO@TRANSPARENCIA.PT

TLM: 917 319 134

WWW.TRANSPARENCIA.PT

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA
ICS-UL

AV. PROF. ANÍBAL DE BETTENCOURT, 9
1600-189 LISBOA